

CFESS MANIFESTA



13ª Conferência Nacional de Saúde - 14 a 18 de novembro de 2007

Políticas Sociais no Governo Lula e o Papel das Conferências

As Conferências são uma importante conquista dos trabalhadores brasileiros e momentos de balanço das condições de garantia dos direitos sociais pelas políticas públicas e realização da cidadania no país. Daí decorre a importância do respeito ao seu caráter deliberativo. É nesta perspectiva que o Conjunto CFESS/CRESS, que agrega aproximadamente 75.000 assistentes sociais brasileiros, apresenta estas análises e conjunto de propostas. No Brasil, a perspectiva de implantação de um amplo padrão de políticas sociais, previsto na Constituição de 1988, vem sendo fortemente tensionada pela incorporação de medidas neoliberais estabelecidas nos acordos firmados pelo governo Brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) desde 1998 – juros altos, redução do aparato estatal, políticas seletivas e focalizadas, privatização. Os direitos ali previstos não foram nem uniformizados e nem universalizados. Diversas contra-reformas, como a da previdência de 1998, 2002 e 2003, restringiram direitos, reforçaram a lógica do seguro, reduziram valor de benefícios, abriram caminho para a privatização e para a expansão dos planos privados, para os fundos de pensão e ampliaram o tempo de trabalho e contribuição para obter a aposentadoria. No âmbito da política de saúde, os princípios do SUS estão sendo diluídos pela manutenção cotidiana de uma “cesta básica” que não assegura nem mesmo os atendimentos de urgência, com falta de medicamentos e longas filas. E a “saída” para esta crise, panacéia para todos os males, é a gestão da saúde por meio das fundações estatais de direito privado, diga-se, a flexibilização da gestão do trabalho, a venda de serviços, a transferência de recursos públicos para a esfera privada. No âmbito da política de assistência social, importantes conquistas estão em curso, com a implementação do SUAS, mas ainda não se conseguiu superar a focalização em segmentos e situações bem específicas. A abrangência desta política é ainda muito restrita: os serviços sócio-assistenciais e programas não atingem mais do que 25% da população que teria direito ao seu acesso. A exceção fica com o Benefício de Prestação Continuada e do Bolsa Família, que vêm crescendo nos últimos anos. A ampliação e reestruturação da Política de Assistência Social são dificultadas pelo aporte ainda irrisório de recursos por parte dos governos nas três esferas. A forte ampliação da carga tributária brasileira não tem se revertido em ampliação de políticas sociais universais e redistributivas. Ao contrário, nossa carga tributária é regressiva, porque

os impostos e contribuições incidem sobre os trabalhadores e o consumo. Apesar do aumento de arrecadação do orçamento da seguridade social, que passou de 6,12% do PIB em 1999 para 12,39% em 2005, as reformas da previdência foram efetivadas mediante a alegação de um suposto déficit, sendo que o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu que não há déficit na previdência. Ocorre uma realocação dos recursos do orçamento da seguridade social para pagamento dos juros da dívida pública e geração do superávit primário: a Desvinculação das Receitas da União (DRU) permitiu ao governo federal retirar R\$ 33,8 bilhões do orçamento da seguridade social em 2006. Com poucos investimentos diante da dimensão da pobreza e das desigualdades sociais, cai a possibilidade de expansão e universalização das políticas sociais e estas são destinadas apenas à população em situação de pobreza absoluta, como é o caso do programa bolsa família. É inegável que esse programa, assim como o benefício de prestação continuada (BPC) e a aposentadoria dos trabalhadores rurais, têm um importante efeito na ampliação do acesso ao consumo de bens básicos. Mas é também inquestionável que seu caráter ex-post, seus baixos valores e seus rígidos e muitas vezes vexatórios critérios de acesso conseguem apenas minorar os efeitos mais perversos da pobreza extrema, sem causar impactos estruturais na redução das desigualdades sociais e na desconcentração da riqueza.

Os limites à implementação de um amplo padrão de políticas sociais são muitos: as tendências de nova contra-reforma da previdência social, com sinalizações de desvinculação dos benefícios do salário mínimo, a permanência da DRU, a estagnação ou crescimento vegetativo do orçamento da seguridade social, a ênfase no bolsa família como estratégia de transferência de rendimento sem articulação com políticas de inserção em empregos estáveis, crescimento econômico concentrador de renda e queda na qualidade da saúde pública. Assim, cabe às Conferências Nacionais de políticas públicas fazer a crítica destas tendências e apontar outros caminhos para sua universalização. Nesse sentido, convidamos a todos(as) a conhecerem as propostas dos assistentes sociais brasileiros para uma agenda de expansão dos direitos sociais no Brasil e de resistência ao neoliberalismo que se impõe e destrói conquistas históricas da classe trabalhadora.

Ivanete Boschetti

FORTALECER O SUS COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

O tema central da 13ª Conferência Nacional de Saúde, “**Saúde e Qualidade de Vida: políticas de Estado e desenvolvimento**” exige a afirmação de princípios que posicionem a defesa de políticas econômicas e sociais com radicalidade democrática na socialização da riqueza e da participação social. Coloca-se em questão o sentido histórico da construção dos direitos na direção de um amplo sistema de proteção social, universal, público e democrático, para o enfrentamento das desigualdades sociais e a consolidação de um novo padrão de sociabilidade.

O projeto original da **Reforma Sanitária, resultado da luta coletiva do conjunto dos trabalhadores, germinado no processo de redemocratização do estado e da sociedade brasileira**, oferece os fundamentos de uma concepção de saúde determinada por condições digna de vida e trabalho. Esta concepção diverge frontalmente do modelo privatista que favorece ex-

clusivamente o capital financeiro, provocando a precarização da oferta de serviços de saúde e inviabilizando o acesso universal, integral e equânime dos sujeitos de direitos ao sistema público e estatal.

Em tempos de dura conjuntura de ofensiva neoliberal, somos desafiados e desafiadas à construção de posicionamentos que resultem em uma ampla agenda de lutas a ser assumida pelo conjunto dos trabalhadores da saúde.

A agenda política do controle social no âmbito do SUS deve ser fundamentada pela reafirmação da concepção de Seguridade Social como política de proteção social universal que, para além do tripé limitado pela constituição de 88, congregue o conjunto de políticas sociais públicas e estatais que sirvam para garantir e alargar os direitos sociais. Neste sentido, alguns desafios podem ser sinalizados na luta pelo direito universal à saúde na perspectiva de uma po-

lítica estatal que não favoreça a financeirização do capital que mercantiliza o acesso aos direitos e promove condições desiguais e degradantes de vida e trabalho.

O SUS como uma das maiores conquistas na atualidade, se constitui um legado à sociedade brasileira. A sua lógica se contrapõe à lógica capitalista neoliberal, portanto, a luta pelo seu fortalecimento se soma à grande luta de resistência à barbárização da vida e das relações sociais.

O momento das Conferências é o cenário apropriado para firmarmos compromissos na defesa das conquistas feitas e de luta pelas tantas outras que terão de vir.

Com este espírito de luta o CFESS se permite reafirmar alguns compromissos a serem inseridos na grande agenda dessa 13ª Conferência Nacional de Saúde.

Desafios para o SUS avançar pelo Controle Social

- Defender uma política econômica que oriente para um modelo de desenvolvimento com geração de trabalhos estáveis e protegidos, com fortalecimento do capital produtivo e mercados de massas, da autonomia e da soberania nacional, em detrimento do desenvolvimento desigual e subordinado ao capital internacional e financeiro.
- Fortalecer o debate sobre o processo histórico de Reforma Sanitária universitária, vinculado a um projeto societário de resistência e hegemonia da classe trabalhadora, com reafirmação dos princípios e diretrizes do SUS (universidade, integralidade participação social e descentralização).
- Fortalecer a participação popular para ampliar, qualificar e legitimar um controle social orientado exclusivamente para a defesa e fortalecimento do SUS.
- Corrigir as iniquidades locais/regionais com aprimoramento do modelo de financiamento.
- Combater e impedir a aprovação da DRU (desvinculação das receitas da união de 20% dos recursos destinados aos setores sociais).
- Defender o financiamento do SUS, resultando na garantia de investimentos necessários para a cobertura dos serviços em saúde, pelo estabelecimento de critérios e percentuais.
- Impedir a regulamentação do Projeto de Fundações Estatais que restringem a ação do Estado para o trabalho e amplia o interesse do capital.
- Fortalecer a política de atenção básica com adoção de um modelo de gestão que supere o modelo clínico e esteja centralizado no sujeitos de direitos.
- Avançar na gestão do trabalho, considerando as condições e relações de trabalho e o compromisso ético dos trabalhadores do SUS, confrontando com a precarização das condições de trabalho e do atendimento à população.

Gestão 2005-2008: Defendendo Direitos - Radicalizando a Democracia

CFESS

Conselho Federal de Serviço Social
SCS Quadra 2, Bloco C, Ed. Serra Dourada
Salas 312/318 CEP 70300-902
Brasília - DF
Tel: (61)3223-1652 Fax: (61) 3223-2420
Site: www.cfess.org.br
E-mails: cfess@cfess.org.br;

Presidente: Elisabete Borgianni;
1ª Secretária: Simone de Almeida;
1ª Tesoureira: Ruth Ribeiro Bittencourt;
Conselho Fiscal: Ana Cristina Muricy de Abreu; Joaquina Barata Teixeira.
Conselheiros /as Suplentes: Ronaldo José Sena Camargos; Juliane Feix Peruzzo; Laura, Maria Pedrosa de Almeida; Marcelo Braz

Moraes dos Reis; Rosanilce Pinto Ribeiro; Maria Helena de Souza Tavares; Eutália Barbosa Rodrigues.

Assessoria de Comunicação:

Camilla Valadares MTB3014DF.
Texto página 2: Ruth Ribeiro Bittencourt e Eutália Barbosa Rodrigues.